

GOVERNADOR
**HELDER
SALOMÃO**

VICE PROFESSORA VALDIRENE

**O FUTURO DO ESPÍRITO SANTO
É A GENTE QUE FAZ**



CARTA AO POVO CAPIXABA

O Espírito Santo vive o esgotamento de um longo ciclo econômico, social e político iniciado nos anos 1960. A superação parcial da dependência agrícola, a expansão do comércio exterior, a industrialização incompleta e os incentivos fiscais produziram crescimento, mas também renda concentrada, urbanização acelerada, desigualdades regionais e novas formas de exclusão.

A reforma tributária, o fim gradual dos incentivos fiscais até 2033, a reconfiguração do comércio internacional, a precarização do trabalho e os impactos da inteligência artificial, impõem ao Estado a necessidade de se reinventar. O futuro governo deverá assumir papel ativo no planejamento, na coordenação dos investimentos, na redução das desigualdades e na criação de novas bases produtivas, tecnológicas, culturais e ambientais.

Esse novo ciclo deve enfrentar cinco desafios centrais: superar o modelo extrativista, exportador e concentrador; acompanhar as novas tecnologias sem subordinação aos monopólios digitais; reduzir desigualdades sociais, econômicas, regionais e ambientais; democratizar a gestão dos territórios e das políticas públicas; e construir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

Para isso, é preciso dar um salto de qualidade: elaborar um Programa de Governo comprometido com o desenvolvimento sustentável, que envolva, além do setor produtivo, os trabalhadores, os excluídos da vida pública, a democratização das decisões com respeito às diversidades. Conhecimento, inovação e solidariedade devem ser a base de outra economia, capaz de distribuir melhor seus bens e produzir uma vida comum mais justa.

O que fazer?

Primeiro, planejar e controlar democraticamente o território. A história capixaba foi marcada pela exploração predatória da Mata Atlântica, do litoral, das montanhas e das localizações estratégicas. Hoje, a expansão imobiliária, logística e portuária continua reorganizando o espaço segundo interesses privados.

Cabe ao Estado coordenar municípios e regiões, criar consórcios de transporte, urbanismo e logística, transformar a gestão metropolitana em processo compartilhado e implantar um plano estadual de mobilidade que valorize o transporte público, a mobilidade urbana, a circulação de cargas e a proteção dos ambientes naturais.

Segundo, mudar a economia. Transformar o Espírito Santo exige superar a dependência do capital financeiro e das commodities e gerar atividades de alto valor agregado, capazes de absorver jovens com formação técnica e superior. A produção de riqueza deve estar vinculada à redução das desigualdades, à qualificação profissional, à pesquisa aplicada e à preservação dos recursos naturais e culturais.

Terceiro, fortalecer cultura, arte e invenção. Reinventar sentidos, ampliar capacidades humanas e tecnológicas e apoiar iniciativas produtivas e culturais comuns, são tarefas decisivas dos movimentos progressistas. Educação, ciência, arte e inovação devem compor uma política pública permanente, orientada pela emancipação social.

Quarto, reduzir a desigualdade social. Criar oportunidades, garantir direitos, trabalho, renda justa e combater as discriminações e a violência. Defender os direitos humanos e o direito à vida, sem preconceitos, injustiças e exclusão social.

Também, não podemos permitir que projetos autoritários, em suas formas culturais, simbólicas, políticas e econômicas, se instalem em nosso Estado. Nas famílias, nas escolas, no trabalho, nas instituições e nas ruas, a luta democrática deve restaurar um ambiente seguro, justo e plural, oferecendo esperança concreta à população. Esta é uma tarefa para todos.

O Plano de Governo que ora apresentamos, é resultado de um processo de construção coletiva que teve início em 2025 e envolveu lideranças populares, representantes de segmentos sociais, empresariais, especialistas e integrantes de instituições e entidades da sociedade civil. O documento completo está disponível para consultas no site www.divulgacandcontas.tse.jus.br.

Seis princípios orientaram esse processo: participação popular; desenvolvimento com justiça social; sustentabilidade ambiental; vida digna de paz; transparência e ética; e valorização dos municípios.

A participação popular está associada ao fortalecimento dos mecanismos de controle democrático das políticas públicas. O desenvolvimento com justiça social propõe conciliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. A sustentabilidade ambiental contempla o enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas. O princípio da vida digna de paz está relacionado à segurança cidadã e ao respeito aos direitos humanos.

Já a transparência e a ética são colocadas como bases de uma gestão eficiente, voltada ao interesse coletivo. E a valorização dos municípios parte da compreensão de que a cooperação entre o Estado e os poderes locais precisa respeitar as características e as necessidades de cada região capixaba.

Um projeto de desenvolvimento para todos.

O compromisso com o equilíbrio das contas públicas, será combinado com a ampliação dos investimentos sociais. Além da nota "A" no Tesouro Nacional, o Espírito Santo precisa alcançar nota "A" nas políticas públicas. Por isso, nossas prioridades serão a redução das desigualdades e a implementação de projetos estruturantes para interiorizar o desenvolvimento com apoio prioritário aos pequenos negócios, a fim de garantir um futuro melhor para todo o povo capixaba.

O novo ciclo de desenvolvimento econômico e social, que terá início em 2027, precisa ser conduzido por uma liderança política com capacidade de diálogo, articulação e equilíbrio para estabelecer parcerias com o governo federal, os municípios, os poderes constituídos e, sobretudo, com as forças vivas da sociedade.

Assim, a Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), se dirige ao povo capixaba para apresentar este Plano de Governo, que representa os nossos compromissos com a sociedade.

Convidamos todas as mulheres e homens do território capixaba para trabalharmos juntos para que o futuro do Espírito Santo seja democrático, participativo, sustentável, inclusivo, seguro, inovador e inteligente.

O Futuro do Espírito Santo é a gente que faz!

Helder Salomão e Valdirene Bernadino.



EIXO 1 **GESTÃO PÚBLICA** **E CONTROLE SOCIAL**

A implantação e o aprimoramento de políticas públicas que possibilitem o avanço e a democratização do Espírito Santo dependem, obrigatoriamente, do fortalecimento da sua máquina pública, que deverá ser colocada a serviço dos cidadãos para que seja assegurado um atendimento de qualidade, eficaz e com responsabilidade fiscal. É essencial reafirmar a visão de que a gestão pública não é um fim em si mesma, mas o instrumento fundamental para o acesso e a garantia de direitos, a promoção da justiça social e para o desenvolvimento de forma sustentável.

Neste contexto, será necessária a valorização do serviço público, que no Estado tem cerca de 92 mil servidores(as) entre ativos(as) e aposentados(as), com a promoção de concursos públicos, revisão de planos de carreira, recomposição salarial e formação continuada.

É fundamental, ainda, fortalecer a democracia e o controle social, com o avanço do debate popular do Orçamento e a garantia do pleno funcionamento dos conselhos de políticas públicas e outros fóruns que possibilitam a participação cidadã, assim como o investimento em mecanismos e ferramentas que promovam a transparência das ações governamentais.

A modernização inclusiva, que utiliza a tecnologia para aproximar o cidadão da gestão estadual, é uma diretriz estratégica central. É dever do Estado garantir serviços públicos ágeis e transparentes, além de aprimorar as condições de trabalho dos servidores. Para isso, a inovação e a inclusão digital devem funcionar como vetores essenciais de igualdade social. Nosso projeto visa transformar o Espírito Santo no Estado mais inteligente do Brasil.

Para que possam dar suporte eficaz ao desenvolvimento de políticas públicas de Estado, os organismos de planejamento do governo devem ser fortalecidos, com estrutura e investimentos.

Este é o compromisso que assumimos: realizar uma gestão pública eficiente, democrática e voltada para as pessoas, com responsabilidade fiscal, gestão orçamentária eficaz e justiça social em todo o território capixaba.

COMPROMISSOS

- ② Realizar estudos e projetos visando modernizar e estruturar os planos de cargos e carreiras do funcionalismo estadual, a partir de escuta e debate com as entidades representativas dos servidores.
- ② Elaborar plano para recomposição e valorização de pessoal para evitar a evasão de profissionais nas diversas áreas do Estado.

- ⑤ Instituir o “Saber Servir” — Plano Estadual de Capacitação Integral e Continuada (PCAP), visando aperfeiçoar a política de capacitação dos servidores do Poder Executivo estadual, focado na inovação da gestão, formação continuada e atendimento humanizado ao cidadão, sob coordenação da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP).
- ⑤ Fortalecer o programa de saúde e segurança do servidor, com foco nas condições de trabalho, ambientes insalubres e acolhimento em saúde mental do servidor.
- ⑤ Criar a Mesa Permanente de Negociação Coletiva, com representação das entidades sindicais, para diálogo contínuo sobre condições de trabalho e recomposição de perdas salariais, observando os limites orçamentários e financeiros do Estado.
- ⑤ Instituir o “Conta Aberta” — Programa Estadual de Participação Cidadã, integrando e sistematizando os canais de participação já existentes (portal do orçamento, audiências públicas, conselhos, E-Ouv).
- ⑤ Expandir o Governo Digital como canal de informação e participação, enfrentando a exclusão e a desigualdade territorial de conectividade.
- ⑤ Criar o Observatório Estadual de Dados, com dados integrados para subsidiar a elaboração e gestão das políticas públicas.
- ⑤ Reestruturar o Incaper, IDAF e IEMA e demais órgãos de pesquisa, assistência técnica e fiscalização ambiental.
- ⑤ Manter o Banestes e a Cesan como empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Estado.



EIXO 2

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Milhares de famílias que residem no Espírito Santo, vivem e sobrevivem ou dependem da produção agrícola. São esses produtos que alimentam a população capixaba e contribuem para a economia do Estado.

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) já mapeou 133 mil produtores da agricultura familiar em nosso território, demonstrando sua magnitude e complexidade. Os dados do Censo 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirmam que no Espírito Santo tem de 108 a 130 mil estabelecimentos rurais, sendo 75 % desses estabelecimentos da agricultura familiar.

Outro dado importante é que o Espírito Santo tem 95 assentamentos da reforma agrária e desses, 23 assentamentos não são terras públicas federais, mas, sim terras públicas estaduais.

Entre esse público rural, existem várias formas de organicidade da população trabalhadora que estão nas associações de trabalhadores rurais, na organização sindical e no cooperativismo.

Na agricultura, um tema que deve ser abordado de forma transversal é a educação do campo, que não deve ser tratada somente no âmbito do eixo da educação. Duas situações aqui merecem atenção: a primeira é o modelo da educação e a segunda são as escolas rurais.

No que tange ao modelo educacional, devemos fortalecer a educação do campo e no campo, com pedagogia apropriada, qual seja, a PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA implementando as diretrizes da educação do campo aprovadas em dezembro de 2022 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Sobre as escolas rurais, é não permitir que haja fechamento e, onde houver viabilidade, reabrir as que foram fechadas.

A agricultura familiar, que responde por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos capixabas, precisa de água para essa produção. Entretanto, as pesquisas apontam que num futuro já presente, teremos escassez de água e, dentro de 20 anos, teremos falta de água potável nos grandes centros urbanos e na malha rural. Isso mostra que preservar e produzir água é essencial e urgente.

Diversos estudos demonstram que o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos para a produção de alimentos, dentre os quais uma grande maioria é proibida nos países europeus (7 dos 10 agrotóxicos mais vendidos no Brasil são proibidos na União Europeia) e em outros continentes. Não é novidade que além de contaminar os alimentos, a saúde do trabalhador, os agrotóxicos contaminam também os rios, lagos, as lagoas e todo lençol freático.

É sabido que essa comercialização dos agrotóxicos e agroquímicos é justamente para alimentar os grandes monocultivos, seja de café, cana, eucalipto, pedra de boi (pedra negócio).

Essa realidade exige um governo comprometido com a valorização do agricultor familiar, com a garantia de acesso à terra como direito fundamental e com a promoção de um modelo de desenvolvimento que respeite os limites ecológicos do planeta. A sustentabilidade ambiental é a base sobre a qual qualquer desenvolvimento verdadeiro se constrói.

O Espírito Santo enfrenta desafios profundos em ambas as frentes. No campo, o acesso à terra segue restrito; o crédito rural com juros acessíveis é insuficiente; a infraestrutura para escoamento da produção é precária; e a juventude rural abandona o campo pela falta de perspectivas e de um programa que dialogue com a sucessão rural. As áreas suscetíveis à desertificação avançam no Norte do Estado, comprometendo a produção, o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades.

A tragédia histórica do Rio Doce, ocorrida com o crime de rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, e a degradação das lagoas costeiras ilustram como o modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas privilegiou o lucro sobre a vida. Simultaneamente, os órgãos ambientais estaduais foram desmontados, enfraquecidos e esvaziados de recursos, perdendo sua capacidade de educação ambiental, planejamento, monitoramento e fiscalização. A legislação estadual, por meio da Lei Complementar nº 1.073/2023, exemplifica esse processo de destruição institucional.

Reafirmamos o nosso compromisso com os atingidos e atingidas no Espírito Santo, adotando todas as providências necessárias para que o processo de reparação aos danos ambientais, sociais, econômicos e de saúde causados pelo crime da Vale, Samarco e BHP Billinton, com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, MG, ocorra de maneira justa.

Estruturas como a do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), responsável pela pesquisa, pela extensão rural e, principalmente, pela assistência técnica aos produtores, e o IDAF, responsável pela execução da política cartográfica e agrária das terras públicas e pela defesa sanitária das atividades agropecuárias e florestais no Espírito Santo, tiveram seus orçamentos severamente comprometidos, com destaque para o Incaper.

O orçamento total da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG) para 2026 é de 375 milhões de reais, distribuídos entre SEAG (177 milhões), IDAF (96,1 milhões), INCAPER (73,3 milhões) e Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA) (28,8 milhões), demonstrando que há recursos, mas não direcionados estrategicamente para o fortalecimento da agricultura familiar e de sua sustentabilidade.

É importante alertar para o fato de o Espírito Santo ter um dos maiores fundos soberanos da Federação, mas ao visitá-lo, não se encontra

nenhuma ação prática que vá ao encontro dos anseios da agricultura, que responde por quase 17% da população espírito-santense.

O próximo governo estadual precisa colocar a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental no centro de suas prioridades. Isso significa fortalecer os órgãos ambientais do Estado, restaurar sua capacidade de escuta, informação, formação e ação, e reafirmar que preservação ambiental e desenvolvimento econômico são objetivos complementares. Para isso, o órgão responsável pela fiscalização deve fazer cumprir a lei, mas buscar também o viés da formação e informação aos potenciais violadores antes da sua aplicação.

Significa implementar o Programa Estadual de Agroecologia como política estruturante, reconhecendo que a transição para práticas sustentáveis é tanto um direito dos agricultores quanto uma necessidade planetária. Significa apoiar a reforma agrária, garantir segurança jurídica na terra, expandir o crédito rural acessível e investir em infraestrutura que permita aos pequenos produtores escoar sua produção com dignidade.

Nosso projeto para o governo estadual se alinha com a agenda nacional de sustentabilidade e desenvolvimento inclusivo. Prioriza a educação ambiental, a conservação da biodiversidade e das unidades de conservação e investe em inovação verde e bioeconomia.

Reconhece os direitos dos povos tradicionais, das comunidades pesqueiras e dos agricultores familiares como sujeitos de direitos, não como obstáculos ao desenvolvimento. Propõe recuperar a Bacia do Rio Doce e restaurar as lagoas, combater o desmatamento ilegal e implementar a justiça socioambiental para as comunidades historicamente prejudicadas pelo modelo de exploração em curso.

Os compromissos deste eixo buscam transformar o Espírito Santo em referência de agricultura familiar, agroecologia e sustentabilidade ambiental. É o caminho para garantir renda justa para quem produz, oportunidades para a juventude rural, preservação dos recursos naturais e um futuro viável para as próximas gerações no campo e nas cidades capixabas.

COMPROMISSOS

- ② Desenvolver ações voltadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar em todos os municípios capixabas como estratégia de promoção do desenvolvimento do interior capixaba.
- ② Instituir o “Raiz Capixaba” - Programa Estadual de Moradia Camponesa, garantindo o direito à moradia digna no campo, nas comunidades pesqueiras e tradicionais, em parceria com o Governo Federal.

- ⌚ Ampliar o FUNSAF - Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar com recursos do Orçamento Geral do Estado (OGE), priorizando projetos coletivos e o acesso de pescadores, indígenas e povos de comunidades tradicionais.
- ⌚ Revisar e adequar o Programa Estadual de Agroecologia como política estadual estruturante.
- ⌚ Viabilizar o acesso à terra e a segurança jurídica no campo, com regularização fundiária de territórios tradicionais em parceria com órgãos federais, e quando for o caso, aplicar a resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- ⌚ Garantir a infraestrutura rural dando aos produtores as condições de produzir e reproduzir no campo.
- ⌚ Buscar abertura de novos mercados para a agricultura familiar camponesa e pesqueira.
- ⌚ Reestruturar o Incaper com recursos financeiros e humanos.
- ⌚ Implementar a diretriz da educação do campo como forma de propiciar ao campo uma educação apropriada, reconhecendo a Pedagogia da Alternância como a pedagogia adequada para a educação camponesa.
- ⌚ Implementar o Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR-Quilombola), operacionalizado pelo IDAF, para proteção territorial e acesso a políticas públicas e crédito.
- ⌚ Aperfeiçoar o funcionamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente, com revisão da Lei Complementar nº 1.073/2023, visando o fortalecimento e integração dos órgãos ambientais (Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) e IDAF), na perspectiva da superação dos gargalos existentes e dos desafios operacionais (dificuldades na regularização ambiental e déficit de pessoal, além de conflitos de competências) que precisam ser resolvidos.
- ⌚ Implantar política estadual de fortalecimento da infraestrutura hídrica no meio rural, aprimorando e integrando os programas já existentes (como o Projeto Barraginhas) contra estiagem e intrusão salina.
- ⌚ Intensificar a implementação do Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas, com foco nas áreas de risco e nas áreas agrícolas sujeitas à desertificação.
- ⌚ Aperfeiçoar a integração entre os órgãos ambientais para as ações de combate ao desmatamento ilegal, intensificando a fiscalização por satélite e drones.

- ⌚ Fortalecer o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SISEUC) e realizar estudos para ampliar e criar novas unidades de conservação, bem como implantar e implementar corredores ecológicos.
- ⌚ Revisar a Política Estadual de Recursos Hídricos com participação e controle social.
- ⌚ Ampliar os incentivos aos agricultores que preservam as nascentes e produzem água, acompanhando as políticas estaduais de recursos hídricos como o FUNDAGUA/Programa de Pagamento dos Serviços Ambientais.
- ⌚ Instituir o Conselho Estadual da Bacia do Rio Doce.
- ⌚ Revisar, em conjunto com os atingidos e as atingidas e suas representações, o papel e o funcionamento da Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce (SERD).
- ⌚ Estreitar a colaboração com os órgãos do Governo Federal responsáveis da implementação das ações e programas da repactuação do Acordo ao longo da Bacia do Doce.
- ⌚ Ampliar e fortalecer a política de proteção e bem-estar animal, em parceria com os municípios e demais órgãos públicos das diferentes esferas governamentais, iniciativa privada, instituições de ensino superior e ONGs que atuam nessa área.

EIXO 3
**SAÚDE, ASSISTÊNCIA
E PROTEÇÃO SOCIAL**

A saúde é um direito de todos. A assistência social é direito de quem vive em situação de vulnerabilidade. A proteção social é o compromisso do Estado em garantir a dignidade e a segurança de seus cidadãos. Esses direitos, consagrados na Constituição Federal, não podem ser negligenciados. Precisam estar no centro das prioridades de um governo que se coloca ao lado das pessoas. Um Estado que não garante saúde e proteção social falha em sua responsabilidade mais fundamental.

No Espírito Santo, a situação é preocupante e exige ação imediata. Milhares de capixabas vivem sem acesso adequado à saúde. Muitas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ainda funcionam com precariedades de infraestrutura e de pessoal. A capacidade de leitos hospitalares e de prontos-socorros é insuficiente para a demanda clínica e emergencial. O acesso a especialistas é limitado, e a fila reprimida de atendimentos especializados se prolonga. A atenção primária carece de investimento robusto, e serviços de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), UBS e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) operam com dificuldades estruturais.

A escassez de recursos humanos agrava o quadro. Faltam médicos clínicos e especialistas, dentistas, nutricionistas, assistentes sociais e agentes de saúde. As regiões interioranas têm dificuldade para atrair e reter profissionais, o que sobrecarrega os generalistas. As taxas de gravidez na adolescência e a incidência de infecções sexualmente transmissíveis na faixa etária escolar revelam a urgência de programas atualizados e acessíveis aos jovens, já que a capilaridade dos programas nacionais nos municípios menores é limitada.

Os dados orçamentários confirmam o problema. Apesar dos investimentos em Saúde serem em um patamar superior ao determinado pela Constituição, constata-se que isso não tem garantido sua eficácia, o que confirma nossa avaliação: obedecer a aplicação do mínimo constitucional de 12% do orçamento é fundamental, e eventualmente, uma aplicação superior a esse percentual, pode ser necessário. Entretanto, só isso não é suficiente: é necessária uma gestão eficiente e humanizada. A política de terceirização dos serviços implantada pelo atual governo agrava ainda mais esse quadro que, se por um lado pode trazer agilidade, por outro, traz também a ameaça ao controle público, precariza vínculos e abre espaço para o desvio de finalidade.

Na área da Assistência Social, constata-se que o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Espírito Santo, mesmo implantado em todos os municípios, apresenta graves deficiências. O atendimento não comporta a demanda crescente. Os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) não alcançam todas as mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de rua não têm acesso garantido à moradia, idosos e pessoas com deficiência carecem de atendimento integral e famílias em vulnerabilidade têm dificuldade para acessar a transferência de renda. A política está

fragmentada, revelando um Estado que abdica de cuidar de quem mais precisa.

O próximo governo precisa enfrentar esse quadro, fortalecendo o SUAS como política de Estado permanente e as parcerias com os municípios, garantindo profissionais nos territórios desassistidos e assegurando atenção específica às populações negras, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. Na assistência social, a transferência de renda precisa ser direito garantido, com participação social fortalecida e sem interferência política nos atendimentos.

Os compromissos desse eixo buscam avançar em um sistema de saúde, assistência e proteção social que funcione de fato para todos os capixabas. Um sistema capaz de transformar a vida de quem mais sofre e de reafirmar que o cuidado com a vida é o centro da ação do Estado.

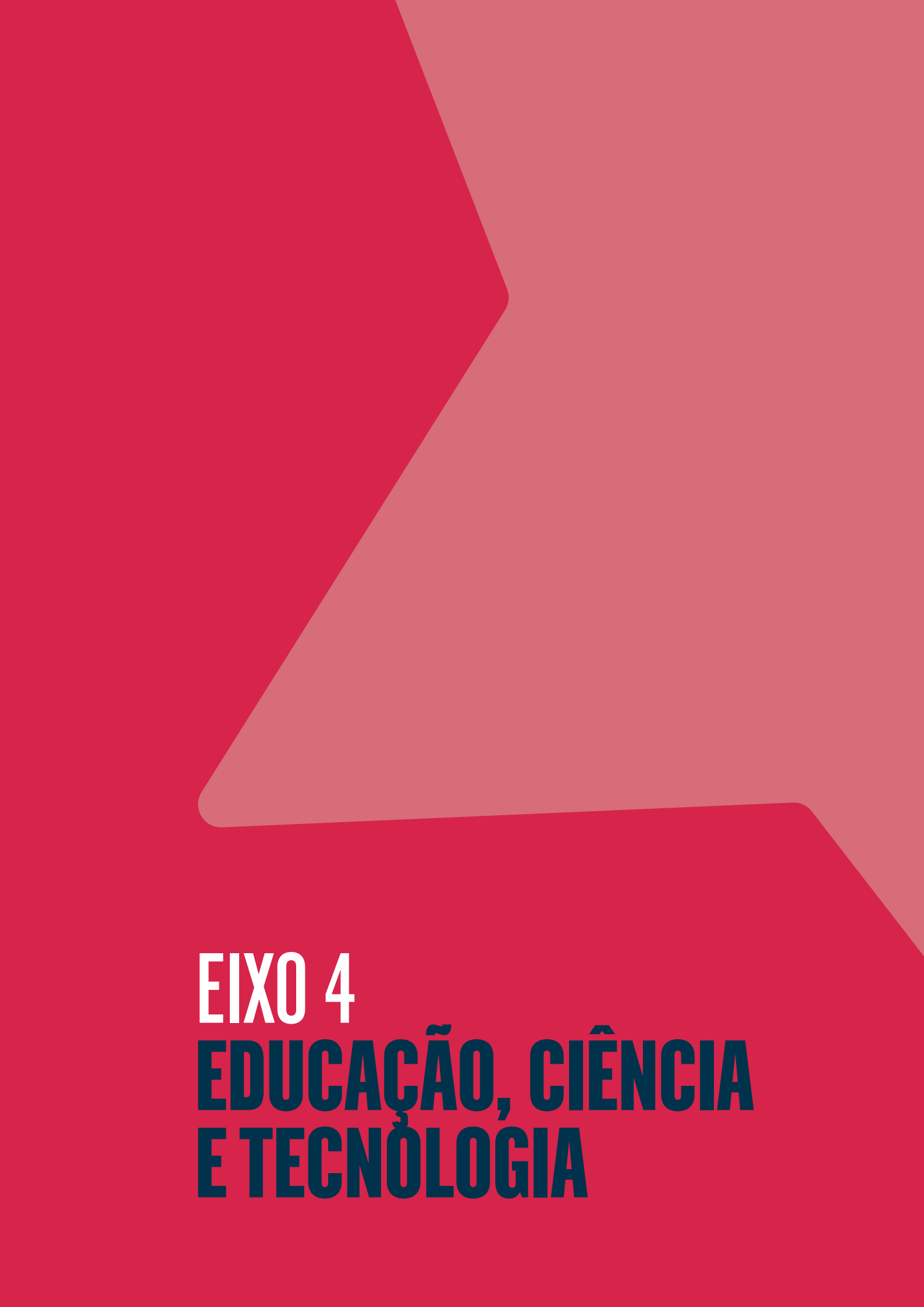
COMPROMISSOS

- ⌚ Atuar em parceria com os municípios para a execução de reformas, ampliações e modernizações de UBS e UPAs.
- ⌚ Qualificar o atendimento garantindo cofinanciamento para o SAMU, para a atenção primária e para a média complexidade.
- ⌚ Ampliar o atendimento especializado, via SUS, garantindo maior oferta de consultas e exames especializados.
- ⌚ Fortalecer o Programa Agora Tem Especialistas com foco na Saúde da Mulher, em parceria com o Governo Federal, ampliando a oferta de consultas e exames, integrando-o aos fluxos das redes de atenção, especialmente no interior do Estado.
- ⌚ Intensificar a parceria com os hospitais filantrópicos ampliando a contratualização com base em indicadores, incluindo os de satisfação do usuário.
- ⌚ Intensificar a realização de auditorias e fiscalização dos contratos em vigência com Organizações Sociais garantindo transparência e qualidade na prestação dos serviços.
- ⌚ Promover, em parcerias com os municípios, programas de prevenção como vacinação, pré-natal, sedentarismo, tabagismo, alcoolismo, uso de drogas e outros com metodologia ajustada às necessidades e realidades regionais.
- ⌚ Incentivar e fortalecer junto aos municípios o programa “Saúde nas Escolas” com palestras, atendimentos, acompanhamento em saúde, vacinação e cuidados. Criar espaços formativos de Educação Popular em Saúde.

- ⌚ Implementar a rede de atenção a oncologia de forma regionalizada.
- ⌚ Fortalecer os Consórcios Intermunicipais de Saúde.
- ⌚ Ativar os mecanismos de transparência e participação social com Conselhos Estadual, Municipais e Locais fortes, Ouvidoria Ativa e Portal de Transparência da Saúde.
- ⌚ Concluir as obras dos hospitais que estão em andamento e em parceria com os municípios, reformar, ampliar e modernizar as UBS e UPAs, equipando-as em conformidade com os parâmetros do Ministério da Saúde.
- ⌚ Atuar junto ao Governo Federal na formalização de parceria para pesquisa e tecnologia em saúde, assegurando titularidade pública das tecnologias desenvolvidas, com vistas à criação do Instituto de Tecnologia e Patentes em Saúde no ES, projeto estratégico de geração de empregos qualificados e atração de investimentos, alinhado à retomada nacional da soberania tecnológica do Sistema único de Saúde (SUS).
- ⌚ Revisitar os programas de formação e educação permanentes dos trabalhadores da saúde em temas relativos aos direitos da pessoa negra e povos tradicionais.
- ⌚ Implementar e consolidar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria 992/2009 do Ministério da Saúde).
- ⌚ Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da população negra e povos tradicionais com estratégias de saúde para famílias quilombolas, ciganos, pomeranos e indígenas, valorizando os saberes tradicionais de matriz africana e povos tradicionais.
- ⌚ Implementar a rede de atenção a oncologia de forma regionalizada.
- ⌚ Modernizar e ampliar a utilização de plataforma e aplicativos públicos com uso de inteligência artificial.
- ⌚ Estruturar e fortalecer a rede de saúde para enfrentamento de eventos decorrentes da alteração climática incluindo o desastre/ crime de Mariana, o El Niño e outros.
- ⌚ Fortalecer o sistema de vigilância em Saúde, contribuindo para estruturação municipal com previsão de cofinanciamento.
- ⌚ Estruturar a rede de saúde mental, incluindo a construção de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).
- ⌚ Estimular a ampliação das equipes de saúde bucal na estratégia de

saúde da família criando centros de especialidades odontológicas com laboratório de próteses.

- ⌚ Fortalecer a atenção domiciliar articulada com o programa de atenção ao idoso.
- ⌚ Fortalecer a luta antimanicomial por meio do diálogo com a sociedade civil, buscando atender às suas demandas na implementação da Lei Paulo Delgado (Lei 10.216/2001), que visa eliminar os manicômios e assemelhados.
- ⌚ Implementar política estadual de atenção à saúde da população LGBTQIA+, com atendimento especializado.
- ⌚ Reestruturar a Política Estadual de Transferência de Renda (Bolsa Capixaba) na perspectiva da garantia de direitos.
- ⌚ Ampliar e qualificar a rede de proteção socioassistencial (CRAS, CREAS e acolhimento institucional) em todo o estado, considerando a necessidade nos territórios de povos tradicionais e originários e mulheres vítimas de violência.
- ⌚ Aumentar gradativamente o orçamento estadual destinado ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e à Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) para fortalecer a política de assistência social, hoje sem dotação própria para pautas como a população em situação de rua.
- ⌚ Potencializar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de acordo com as diretrizes da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e ampliar o Programa de Compra Direta de Alimentos (PCDA).
- ⌚ Ampliar o Serviço de Proteção Social no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e nos CREAS, visando prevenir o isolamento, promover a autonomia e atuar nas situações de violações de direitos.
- ⌚ Criar sistema informatizado e unificado (Estado e municípios), SUAS DIGITAL, para a gestão da assistência social estadual, otimizando e agilizando o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.



EIXO 4

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Constituição Federal de 1988 atribui à educação o papel de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, de prepará-la para o exercício da cidadania e de qualificá-la para o trabalho. Educar, portanto, é abrir caminhos e sustentar projetos de desenvolvimento que se pretendam justos.

No Espírito Santo, a rede estadual de ensino público é composta por mais de 370 escolas, atende a mais de 180 mil alunos, segundo o Censo Escolar, e conta com cerca de 21 mil servidores. É uma organização educacional de grande porte, mas que ainda enfrenta desafios estruturais que afetam prejudicialmente a população estudantil que depende integralmente da educação pública.

A desigualdade educacional entre classes sociais persiste. Alunos da rede pública têm menos acesso à preparação adequada. O modelo atual, focado excessivamente em aprovação automática, reforça desigualdades em vez de reduzi-las, e muitos estudantes progridem de séries sem domínio real dos conteúdos. A educação foi reduzida a números: Índice de Desenvolvimento da Educação Básico (IDEB), taxas de aprovação e metas estatísticas tornaram-se fim em si mesmos. A escola virou produtora de indicadores, não espaço de formação crítica e emancipadora.

Os professores foram responsabilizados individualmente por problemas estruturais do sistema. Enfrentam excesso de burocracia com preenchimento constante de relatórios, retirando o precioso tempo do planejamento ensino-aprendizagem, além de turmas numerosas, plano desvalorizado e descumprimento do piso salarial profissional na sua integralidade.

A infraestrutura está precária em muitas regiões. As escolas carecem de condições mínimas de funcionamento. As novas tecnologias não chegam às comunidades mais pobres. A educação indígena, quilombola, do campo e de jovens e adultos carece de políticas específicas.

Diante desse quadro, é preciso reafirmar que qualidade educacional exige investimento robusto em profissionais da educação. Os professores são o pilar sobre o qual se constrói qualidade. Valorizar a carreira, com planos estruturados, piso salarial adequado, formação continuada e condições de trabalho dignas, é o ponto de partida.

Mas os desafios não se encerram na educação formal, novos desafios surgem a cada dia com os avanços da ciência e da tecnologia no mundo moderno, pois exigem respostas eficazes e investimento contínuo do governo. É preciso investir na infraestrutura científica, tecnológica e de inovação em todas as unidades escolares nas diversas regiões do Espírito Santo com o objetivo de proporcionar uma formação profissional que amplie as oportunidades de empregos qualificados.

A educação exige aprendizagem real, não números artificiais. Necessita de gestão democrática, com eleição direta de diretores e conselhos escolares fortalecidos. Requer infraestrutura adequada, conectividade universal e acesso equitativo à tecnologia. Demanda respeito às modalidades educacionais em suas especificidades: educação especial, educação do campo, indígena, quilombola e educação de jovens e adultos. Integra-se ao projeto de desenvolvimento regional sustentável, articulando educação básica, educação profissional e ensino superior público.

Um governo comprometido com a educação pública e com os avanços em ciência e tecnologia estabelece regime efetivo de colaboração com municípios, sem transferências unilaterais de responsabilidades. Realiza concursos públicos periódicos com redução progressiva de contratos temporários. Cria instrumentos de interiorização do conhecimento. Integra educação ao desenvolvimento econômico regional inclusivo e sustentável.

Os compromissos a seguir buscam transformar a educação pública e o acesso à formação em ciência, tecnologia e inovação em direito plenamente exercido, capaz de transformar vidas e construir um novo futuro para o Espírito Santo.

COMPROMISSOS

- ⌚ Avaliar e atualizar o sistema de gestão democrática e participativa, garantindo a escolha dos gestores e a integração escola-família-comunidade.
- ⌚ Garantir o cumprimento integral e atualizado do piso salarial nacional, com plano de carreira estruturado e política permanente de valorização profissional.
- ⌚ Reduzir a burocracia escolar, simplificando processos e assegurando gestão eficiente e focada na aprendizagem.
- ⌚ Intensificar a aplicação da política permanente de formação continuada dos profissionais de educação por meio de parcerias com ESESP, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e outras instituições, de forma democrática e participativa com o fortalecimento do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCENTE – FEPAD. E nesse processo, garantir licenças para qualificação desses profissionais em programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado.
- ⌚ Criar política estadual de cuidado com a saúde mental dos profissionais, com apoio psicossocial, prevenção ao adoecimento e valorização do bem-estar do docente.

- ⌚ Fortalecer o programa estadual preparatório para Enem e vestibulares, ampliando o acesso à universidade pública e técnica e incentivar a criação e o fortalecimento de cursinhos populares preparatórios para o ingresso nas universidades e Institutos Federais.
- ⌚ Fortalecer a implementação de políticas estaduais de permanência estudantil (apoio socioeconômico, assistência estudantil e inclusão digital) para reduzir a evasão escolar.
- ⌚ Fortalecer a educação inclusiva em toda a rede estadual assegurando acessibilidade física, pedagógica e tecnológica.
- ⌚ Fortalecer as escolas do campo, quilombolas e Escolas Família Agrícola, com educação contextualizada e inclusiva.
- ⌚ Fortalecer os programas de apoio à educação nos assentamentos, incluindo a construção e reforma de escolas.
- ⌚ Fortalecer a parceria com o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e apoiar a rede de Escolas Família Agrícola e outras que adotam a Pedagogia da Alternância.
- ⌚ Garantir a implementação de políticas de equidade racial, inclusão social e respeito à diversidade, com formação docente, materiais acessíveis e cumprimento da legislação.
- ⌚ Fortalecer a educação ambiental de forma transversal no currículo das escolas estaduais, assegurando inclusão nos Projeto Político Pedagógico (PPP).
- ⌚ Revisar as atuais diretrizes curriculares de sustentabilidade nas escolas e sua eficácia, discutindo a reimplantação do Programa Escolas Sustentáveis.
- ⌚ Articular, com o Governo Federal, a expansão do Ifes, ampliando os polos técnicos regionais de acordo com a vocação local.
- ⌚ Fortalecer a oferta de bolsas para Jovens Talentos na educação básica.
- ⌚ Fortalecer a implantação de laboratórios maker e de programação nas escolas estaduais.
- ⌚ Criar Grupo de Trabalho a ser constituído no âmbito do governo, com a participação da sociedade, que realizará estudos sobre a necessidade da criação de uma Universidade Estadual.
- ⌚ Expandir feiras de ciência, olimpíadas de ciência e clubes de robótica.

- ② Expandir e qualificar a política de EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL, viabilizando recursos para garantir o aumento da jornada, seja com foco na equidade (direcionamento de recursos, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e nas populações negras, indígenas, quilombolas e do campo); financiamento (com base no que prevê o aumento gradual consonante ao Plano Nacional de Educação (PNE)); valorização profissional com garantia de condições de trabalho adequadas e de tempo remunerado reservado para a formação continuada e para o planejamento dos professores; infraestrutura – adequação e construção de novas unidades escolares que atendam qualitativamente aos estudantes e profissionais para esta oferta educacional.

EIXO 5

**CULTURA, TURISMO
E ESPORTE**

Turismo, cultura e esporte são políticas públicas imprescindíveis para o esforço de construção da paz social, geração de oportunidades, reconstrução democrática e desenvolvimento do Espírito Santo que queremos. Através da qualificação, expansão e criação de novas políticas culturais, esportivas e de turismo, vamos gerar novas oportunidades, potencializar processos criativos, inserir jovens em atividades esportivas e ampliar o turismo como fonte de lazer, conhecimento e investimento dinamizando a economia, desenvolvendo espaços comuns de convivência e aprimorando as relações sociais com base em valores civilizacionais e democráticos.

Na cultura, é necessário retomar o papel do Estado de formulador e executor da política cultural. Adotar políticas destinadas ao fortalecimento de atividades, à valorização dos seus produtores e dos seus espaços de realização, à interlocução e debates com os representantes dos movimentos culturais, garantindo a participação social e a democratização da gestão. Para tanto, é imprescindível consolidar a estrutura institucional do órgão gestor, a Secretaria de Estado da Cultura.

Nosso compromisso é ampliar a participação efetiva e permanente dos movimentos culturais organizados, por meio do conselho e outras instâncias; garantir recursos para a circulação da produção cultural; transformar os espaços culturais em multiplicadores de ativos culturais; formar artistas, produtores e gestores culturais; construir programas e projetos que contribuam para a formação de público e salvaguardar nosso patrimônio cultural material e imaterial fomentando as ações de preservação da memória, história e tradições.

O financiamento da cultura por meio dos editais será aperfeiçoado para que haja mais transparência e democratização do acesso dos projetos da cultura popular a recursos públicos. Além disso, será fundamental o Espírito Santo estar inserido na discussão e na implementação do Sistema Nacional de Cultura com fomento direto à cultura capixaba, em parceria com o Governo Federal, municípios e iniciativa privada.

O fomento ao turismo é, sem nenhuma dúvida, um dos desafios prioritários para minimizar o impacto da reforma tributária no Espírito Santo. Atrativos como nossas montanhas e suas paisagens, gastronomia, cultura, artesanato e nosso belo litoral, se dotados de investimentos, infraestrutura, incentivos e capacitação de pessoas, poderão estimular a economia estadual, gerar empregos e renda, atrair novos investimentos e consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento que queremos construir coletivamente tem no turismo um dos eixos estratégicos mais importantes. Entretanto, reafirmamos o compromisso com a preservação dos recursos naturais e o apoio ao turismo de base comunitária que conserve culturas e costumes nos territórios.

Vamos resgatar a função social do esporte buscando ampliar o acesso desde a infância e em todos os cantos do território capixaba, com os municípios, iniciativas próprias, parceria com projetos sociais, clubes e comunidades. Promover e incentivar a participação de todos os capixabas, desde a criança até a terceira idade, em atividades esportivas e em conformidade com os três eixos definidos pela Política Nacional de Esportes: esporte de formação; esporte para a vida toda e o esporte de alto rendimento.

Os compromissos que seguem valorizam nossa diversidade cultural e estimulam atividades criativas, esportivas e de turismo para criar mais oportunidades de vida e trabalho, gerar riqueza econômica, estimular novos talentos e fortalecer identidades coletivas. Investir nessas áreas significa investir na criatividade, na diversidade, na vontade e no potencial inovador de nossa gente rumo a uma sociedade de paz, harmonia, respeito e preservação da vida.

COMPROMISSOS

- ② Consolidar a estrutura institucional da Secretaria de Estado da Cultura como órgão formulador e executor de política cultural, com recursos garantidos para a circulação da produção cultural.
- ② Desenvolver estudos para substituir o modelo de financiamento da Lei de Incentivo à Cultura Capixaba (LICC), considerando a reforma tributária. Além do financiamento, o novo modelo deverá garantir a democratização da distribuição e evitar a centralização de recursos nos grandes centros urbanos.
- ② Ampliar e fortalecer os Territórios Rurais da Cultura, os Pontos e Pontões de Cultura e os novos polos de cultura no interior do Espírito Santo.
- ② Desenvolver estudos visando a criação do Instituto Cultural do Espírito Santo e do Centro Cultural de Referência para Equidade Racial em um único equipamento, preservando as especificidades de cada função.
- ② Fortalecer as políticas de cultura negra, quilombola e de povos tradicionais por meio da proteção da capoeira como patrimônio imaterial (art. 216 da Constituição Federal), do plano de salvaguarda de manifestações afro-brasileiras em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e programa de reconhecimento aos mestres e mestras das culturas tradicionais.
- ② Garantir que todas as ações voltadas ao turismo tenham como prioridade absoluta a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento do turismo de base Comunitária.

- Ⓢ Priorizar e acelerar a reforma do Centro de Convenções de Carapina, preparando-o para a realização de eventos nacionais e internacionais.
- Ⓢ Fortalecer o Programa de Regionalização do Turismo (Instâncias de Governança Regional e Conselho Estadual de Turismo) e o Programa Federal de Facilitação de Crédito ao Turismo.
- Ⓢ Fortalecer uma rede de equipamentos turísticos no Espírito Santo, criando incentivo ao deslocamento e rotas que conectem estrategicamente vários equipamentos turísticos e culturais e da economia criativa capixaba.
- Ⓢ Criar novos roteiros turísticos dos quilombos (Viva Quilombo) e promover o afroturismo e o turismo rural e de base comunitária.
- Ⓢ Incentivar a realização de grandes eventos no Espírito Santo como instrumento de fortalecimento do turismo e da economia local.
- Ⓢ Incentivar a expansão de voos charter, para gerar aumento do fluxo de visitantes e o fortalecimento da economia do turismo em todas as regiões do estado.
- Ⓢ Ampliar a participação do Espírito Santo em feiras e eventos nacionais e internacionais de turismo.
- Ⓢ Buscar parcerias para a implementar marinas públicas para fortalecer o turismo náutico.
- Ⓢ Fortalecer a realização da Famtour e Press, com estratégias para promover os atrativos turísticos.
- Ⓢ Buscar parcerias que viabilizem a infraestrutura necessária para trazer de volta ao Espírito Santo as rotas regulares de grandes navios de cruzeiro atracando nos portos capixabas.
- Ⓢ Promover a revitalização do Centro de Vitória em parceria com o município, para fins turísticos e culturais.
- Ⓢ Incentivar a oferta hoteleira e diversificar os produtos turísticos para aumentar a competitividade do Estado como destino turístico.
- Ⓢ Revisar e implementar o Plano Estadual do Esporte (PEEL), com suas 72 metas e 63 projetos já formulados, garantindo monitoramento contínuo, participação social e cumprimento do cronograma decenal já pactuado.
- Ⓢ Fortalecer o Programa Estadual de Bolsa-Atleta e implementar programas de paradesporto (esporte adaptado).
- Ⓢ Criar o projeto “Espírito Santo de Todos os Esportes”, garantindo continuidade esportiva para atletas de 18 a 20 anos oriundos dos jogos escolares (JEES).

- ⌚ Valorizar e fortalecer as modalidades esportivas voltadas para pessoas 60+.

EIXO 6

**MOBILIDADE URBANA,
INFRAESTRUTURA,
HABITAÇÃO
E SANEAMENTO**

A Constituição Federal de 1988 consagra, dentre os direitos sociais, a moradia, o transporte e o saneamento. O direito à cidade, entendido como o direito de não exclusão da sociedade urbana e de acesso aos seus benefícios, exige a promoção de políticas que universalizem, a oferta de moradia digna e de possibilidade de deslocamentos dos cidadãos, com ampliação do transporte público de alta capacidade que garanta o direito de ir e vir com qualidade, velocidade e segurança.

Essas políticas, no âmbito do governo estadual, devem buscar promover a qualidade de vida das pessoas de forma inclusiva e sustentável e reduzir os desníveis nos atuais indicadores de desenvolvimento humano.

O próximo governo terá o desafio de qualificar a gestão do sistema de transportes na Grande Vitória, pois nos últimos 20 anos as gestões estaduais trataram esse tema como política de governo e não como política de Estado. Os estudos realizados foram descontinuados e insuficientes para produzir as informações estratégicas necessárias para a construção de um Plano Integrado de Mobilidade Metropolitana.

A elaboração desse plano precisa ser retomada no início do próximo governo e deve envolver atores da sociedade tais como especialistas, parlamentares federais e estaduais, municípios, empresários, representantes dos trabalhadores e organizações sociais de usuários do transporte coletivo.

Por se tratar de um projeto de longo prazo, os estudos, projetos de engenharia, licenciamento, estruturação financeira, captação de recursos e contratação das obras precisam ser priorizados para que a sua implantação seja possível ao longo das próximas décadas.

Não se trata de um projeto para ser executado em apenas um governo. Mas é preciso dar, agora, um passo à frente para que daqui a duas décadas não estejamos com o mesmo diagnóstico de hoje. Na prática, atualmente, não existe um projeto estratégico integrado que possa ser executado no curto prazo.

Isso ocorreu porque neste último ciclo, os governantes desenvolveram projetos pontuais que não tiveram continuidade. Podemos citar como exemplo o BRT; o túnel sob a Baía de Vitória, ligando Vitória a Vila Velha; e a Quarta Ponte, ligando Cariacica à Vitória. Projetos estruturantes que foram descontinuados.

Nesse período, foram investidos cerca de R\$ 60 milhões para desenvolver projetos que nunca saíram do papel porque foram abandonados pelo governante seguinte. A descontinuidade nesta área foi a marca do último ciclo político no Espírito Santo.

Portanto, é necessário aprofundar o estudo do BNDES, que considerou a viabilidade da implantação de corredores de BRT, além de transporte

público de alta capacidade, tipo VLT ou similares. A elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, com integração de modais, é fundamental e precisa começar no início do próximo governo para ser implantado nas próximas décadas.

Da mesma forma, o novo marco nacional do saneamento exige medidas urgentes para alcançar as metas qualitativas e quantitativas nele estabelecidas, sendo necessária uma revisão dos mecanismos adotados para sua gestão, que privilegiam o lucro de parceiros privados inseridos na prestação desses serviços.

O direito de viver nas cidades também diz respeito ao direito à moradia. Portanto, é necessário e urgente reduzir o déficit habitacional no Espírito Santo, que atinge cerca de 123.855 famílias, correspondendo a 20,47% das famílias capixabas (IJSN/Censo 2022), e garantir moradia digna para todos. Só com a implementação de políticas efetivas de oferta de novas unidades habitacionais e ações de qualificação e inserção de áreas ocupadas na malha urbana, dotada de adequada infraestrutura de serviços, será possível eliminar as segregações ainda existentes e reduzir os custos da habitação para amplos setores da sociedade que hoje concorrem com grupos especulativos que se beneficiam desse mercado.

Os compromissos que aqui assumimos buscam dar concretude ao nosso entendimento de como garantir, em conjunto com a sociedade organizada e instituições, o direito à cidade para todos os cidadãos e cidadãs capixabas.

COMPROMISSOS

- ⌚ Criar Comitê de Mobilidade Urbana com governo estadual, instituições de ensino e pesquisa, municípios e sociedade civil, para planejar, projetar e monitorar a execução de soluções de mobilidade urbana.
- ⌚ Retomar os estudos que tratam da defesa dos interesses públicos e que requalifiquem o espaço urbano, melhorando a circulação, com foco na melhoria da eficiência do sistema de transporte coletivo.
- ⌚ Aprofundar o estudo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que considerou a viabilidade da implantação de projetos de corredores de BRT, além de transporte público de alta capacidade, tipo VLT ou similares para serem implantados nas próximas décadas.
- ⌚ Desenvolver o Plano Integrado de Mobilidade Metropolitano, com a participação de especialistas, empresários, trabalhadores e sociedade organizada.
- ⌚ Realizar estudos técnicos para constituir fontes extra tarifárias de

financiamento do transporte coletivo, em conformidade com o novo marco legal (Lei 15.432/2026) avaliando a viabilidade da implantação da Tarifa Zero, alinhados aos estudos em curso no âmbito do Governo Federal e o Ministério Público de Contas (MPContas) do Espírito Santo.

- ⌚ Instituir o Programa Capixaba de Transição Energética no Transporte Público com o objetivo de corrigir a rota da transição do transporte no Espírito Santo, que fortalece o individual e o privado sem a consolidação de uma estratégia pública de transição no transporte coletivo.
- ⌚ Criar programas e ações educativas visando a redução da violência no trânsito.
- ⌚ Apoiar a implantação de unidades habitacionais populares em parceria com movimentos e entidades sociais que lutam pelo direito à moradia, bem como com financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.
- ⌚ Revisar o Programa Habitacional do Estado (PHSES) como facilitador de construção e melhorias em moradias, com subsídio para aquisição de material e oferta de formação de mão de obra.
- ⌚ Fortalecer o saneamento público de qualidade por meio da Cesan e demais operadoras, e ampliar os mecanismos que garantam a segurança hídrica para o abastecimento humano e a produção agropecuária, principalmente para os pequenos e médios produtores rurais.
- ⌚ Avançar no cumprimento das metas do Plano Nacional de Saneamento, ampliando a oferta de serviços em todo o estado, tendo como prioridade a zona rural.
- ⌚ Garantir ações de contenção e drenagem para prevenção e controle de enchentes, alagamentos e inundações.
- ⌚ Fortalecer, valorizar e ampliar os recursos financeiros e humanos para garantir presença e atuação da Defesa Civil Estadual, bem como apoiar estruturação das defesas nos municípios.
- ⌚ Fortalecer, valorizar e ampliar os recursos financeiros e humanos para garantir presença e atuação da Defesa Civil Estadual, bem como apoiar estruturação das defesas nos municípios.



EIXO 7 **JUVENTUDES**

A construção de um do Brasil soberano, democrático e justo, tem nas juventudes uma de suas forças motrizes e o desenvolvimento do Espírito Santo será construído em consonância com esse projeto nacional. A implementação de políticas transversais assegura a todos e todas o direito à vida com dignidade e liberdade e coloca a igualdade de oportunidades no centro da ação do Estado. Desta forma, se enfrenta as desigualdades e são criadas condições concretas de formação, qualificação e ingresso no mundo do trabalho, preparando as novas gerações para as transformações tecnológicas que redefinem o trabalho.

É a juventude negra que concentra os maiores índices de desemprego, evasão escolar e exposição à violência. Em sintonia com o Plano Nacional Juventude Negra Viva, nosso compromisso é com a redução da mortalidade juvenil negra e a ampliação do acesso dos jovens pretos e pardos à educação, à qualificação e ao trabalho digno.

É fundamental dar atenção especial às juventudes capixabas das periferias e do interior, rurais, das águas, LGBTQIA+, estudantes e trabalhadoras, com a articulação do trabalho e renda e ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, lazer como direitos sociais fundamentais.

Nossos compromissos apontam para o fortalecimento das políticas para as juventudes, protagonistas da sociedade, sujeitos de direitos, cidadania e com oportunidades iguais.

COMPROMISSOS

- ⌚ Instituir o Sistema Estadual para Juventudes do Espírito Santo previsto no Plano Estadual de Políticas para Juventudes, mas não implementado.
- ⌚ Fortalecer o Conselho Estadual de Juventudes.
- ⌚ Revisar e atualizar o Plano Estadual de Políticas para Juventudes.
- ⌚ Institucionalizar os Centros de Referência das Juventudes (CRJs) como política permanente de Estado.
- ⌚ Aprofundar a implementação do Plano Juventude Negra Viva em sintonia com as diretrizes federais de enfrentamento ao racismo estrutural e à violência letal contra jovens negros.
- ⌚ Potencializar os programas de fortalecimento do sistema socioeducativo e de reinserção social dos jovens atendidos pelo Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES).
- ⌚ Criar o Programa Juventude Tech Capixaba, com incubadoras públicas de inovação jovem integradas aos Centros de Referências das Juventudes (CRJs), universidades e Institutos Federais.

- ⌚ Criar o Programa Juventude Viva Bem, de promoção da saúde mental e do bem-estar das juventudes.
- ⌚ Realizar estudos para revisar e integrar os diversos programas existentes, visando instituir a Política Estadual de Acolhimento Integral da Juventude LGBTQIA+.

EIXO 8
RESPEITO ÀS
DIVERSIDADES,
COMBATE ÀS
DESIGUALDADES E
JUSTIÇA SOCIAL

No Espírito Santo, o acesso a direitos e serviços públicos varia conforme o gênero, a cor da pele, a idade, a deficiência e o lugar onde a pessoa vive. Mulheres ameaçadas e comunidades inteiras seguem distantes dos equipamentos públicos. Este eixo busca reduzir essas distâncias e enfrentar as desigualdades que separam o direito reconhecido na Constituição da realidade concreta.

A violência contra as mulheres permanece grave. Em 2024, o Espírito Santo esteve entre os 11 estados em que os casos de feminicídio cresceram, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No interior e nas áreas rurais, faltam delegacias da mulher, casas-abrigo e atendimento integrado. E boa parte das agressões acontecem dentro de casa, o que torna o acolhimento e a resposta rápida definidores de vida ou morte. À violência soma-se a desigualdade econômica: mulheres ganham menos, têm menos acesso a crédito e carregam sozinhas o cuidado da família.

Diante deste lastimável quadro de deterioração da integridade de toda ordem em relação as mulheres, destacamos que o Pacto Nacional Contra o Feminicídio, lançado pelo Governo Lula, é, até o momento, a melhor estratégia para o enfrentamento dessa vergonhosa marca na sociedade brasileira. Pacto que contou com a adesão do atual governo. E nós, no governo, em parceria com os diversos movimentos de mulheres, vamos construir a dinâmica e um cronograma para as etapas de sua implementação.

O Espírito Santo é um estado majoritariamente negro. Cerca de 60% da população se declara preta ou parda (IBGE, Censo 2022). Essa maioria, porém, não se reflete nos espaços de poder, na renda nem na segurança. O racismo estrutural aparece na violência policial, no encarceramento em massa da juventude negra e no acesso desigual à saúde, à educação e ao trabalho. No Norte do Estado, comunidades quilombolas do Sapê do Norte, em municípios como Conceição da Barra e São Mateus, seguem à espera da titulação de suas terras e de serviços públicos que respeitem seu modo de vida.

A exclusão também marca outros grupos. Pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam discriminação, evasão escolar e violência, muitas vezes sem nenhuma rede de acolhimento perto de casa. A população idosa cresce em ritmo acelerado: a idade mediana do capixaba subiu de 29 para 36 anos em pouco mais de uma década (IBGE), e com ela aumenta a demanda por cuidado, saúde e proteção contra o abandono. Pessoas com deficiência ainda esbarram em calçadas intransitáveis, prédios sem acesso, transporte inadequado e na Lei de Cotas que não se cumpre. Famílias de crianças neurodivergentes procuram diagnóstico e apoio que o poder público raramente oferece.

Diante disso, o caminho é construir políticas permanentes. Interiorizar a proteção à mulher, com delegacias, casas-abrigo e atendimento

integrado em todas as regiões, criar a estrutura estadual de equidade racial e cumprir o Estatuto da Igualdade Racial; criar novos espaços de acolhimento para a população LGBTQIAPN+; garantir envelhecimento digno e atenção integral à pessoa idosa; e tornar a acessibilidade regra, e não exceção, para as pessoas com deficiência.

Afirmamos que no nosso governo praticaremos a transversalidade das políticas e suas ações, com permanente diálogo interno, visando a integração e compromissos de todos os setores do governo, com os resultados para o bem-estar da sociedade.

Os compromissos apresentados neste Programa fortalecem o respeito às diversidades para reduzir desigualdades e promover a justiça social em nosso Estado.

COMPROMISSOS

- ② Fortalecer a estrutura da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e o sistema de monitoramento por indicadores de violência e empregabilidade feminina.
- ② Ampliar a quantidade de Casas de Apoio à Mulher no interior, a rede de casas-abrigo regionais e o número de Casas da Mulher Brasileira, em parceria com o Governo Federal.
- ② Ampliar o atendimento integrado (psicológico, social e jurídico) nos Centros Regionais de Atendimento à Mulher, com protocolos regionais entre polícia, assistência social e saúde.
- ② Ampliar a linha de crédito e microcrédito para mulheres empreendedoras (Programa Crédito Mulher), priorizando mulheres vulneráveis e vítimas de violência.
- ② Elaborar programa de acolhimento emergencial para mulheres e filhos em situação de violência, com auxílio financeiro emergencial temporário para romper com o agressor.
- ② Propor aperfeiçoamento legal para fortalecer critérios de proteção às mulheres e prevenção de violência nos espaços públicos.
- ② Criar Projeto de Lei Estadual impedindo que condenados por violência doméstica, feminicídio, estupro, assédio ou importunação sexual assumam cargos públicos estaduais, com exigência de certidão negativa específica.
- ② Formar forças de segurança e capacitar profissionais de saúde, educação e assistência social para aplicação da Lei Maria da Penha e identificação precoce da violência.

- ⌚ Aprofundar na implementação de programas de reeducação para homens autores de violência e desenvolver plano articulado nos municípios com eixos para homens, mulheres e jovens.
- ⌚ Promover campanhas estaduais contínuas de prevenção e inserir no currículo escolar conteúdos sobre respeito, igualdade e combate à violência e ao machismo.
- ⌚ Promover os programas estaduais de qualificação profissional de mulheres e intensificar as parcerias com empresas locais para contratação de mulheres capacitadas.
- ⌚ Atuar em parceria com os municípios para ampliar serviços e equipamentos de apoio às mulheres (creches, restaurantes populares, lavanderias e hortas).
- ⌚ Defender a aprovação e a implementação do que está previsto na PEC 27/2024, que é a inclusão na Constituição Federal da igualdade racial e instituir o Fundo de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial.
- ⌚ Realizar estudo visando transformar o Plano Estadual para a Equidade Racial (Plaesper) (Decreto 6.060-R) em Lei Estadual, regulamentando o Estatuto da Igualdade Racial no Espírito Santo, com cotas, saúde integral da população negra e titularização das terras quilombolas.
- ⌚ Implementar o Programa Estadual de Enfrentamento ao Racismo Institucional (PCRI), transversal e em parceria com o Governo Federal e municípios.
- ⌚ Implementar efetivamente o Plano para Equidades Racial do Estado do Espírito Santo com suas políticas intersetoriais de enfrentamento ao racismo estrutural, eliminação da violência policial contra segmentos étnicos vulneráveis e coibição do encarceramento em massa, com gestão integrada entre secretarias.
- ⌚ Fortalecer a formação para gestores públicos sobre equidade racial e intolerância religiosa, e promover campanhas de comunicação do governo para denúncia de racismo.
- ⌚ Desenvolver, em parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e outros, programas de empreendedorismo étnico-racial e economia solidária, com ênfase na juventude negra, mulheres negras e comunidades tradicionais.

- ⊗ Fortalecer o Programa Aquilomba Brasil, assegurando documentação básica, saúde, educação diferenciada e combate à violência nas comunidades quilombolas.
- ⊗ Implantar Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, com moradia temporária, apoio psicossocial e orientação jurídica.
- ⊗ Garantir o acesso da população negra a sua história e origem no currículo escolar (LDB) e monitorar a aplicação do ProERER (Decreto 5.389-R/2023) e das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais/Pnerq.
- ⊗ Garantir o pleno acesso à cidadania das pessoas LGBTQIAPN+, por meio de políticas públicas eficazes, formuladas, fiscalizadas e avaliadas permanentemente pelo Conselho Estadual (CELGBT+ES) e desenvolvidas por uma estrutura (gerência) fortalecida no âmbito da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH).
- ⊗ Implementar programa de formação permanente nas escolas estaduais sobre respeito às diferenças, e direitos humanos, com protocolos contra bullying e discriminação.
- ⊗ Garantir atendimento prioritário, multiprofissional e humanizado às pessoas LGBTQIAPN+ no SUS.
- ⊗ Fortalecer a implementação da Política Nacional da Pessoa Idosa e do Estatuto da Pessoa Idosa, em parceria com o Governo Federal e os municípios.
- ⊗ Promover o envelhecimento ativo e saudável, com atendimento integral pelo SUS, acesso prioritário a medicamentos, vacinação e reabilitação, e programas de longevidade.
- ⊗ Criar Programa Viver Bem de prevenção e enfrentamento a violência, abandono e negligência contra idosos.
- ⊗ Ampliar ações que fortaleçam a criação de oportunidades de empregabilidade da população idosa.
- ⊗ Agilizar na implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Plano Novo Viver sem Limite.
- ⊗ Assegurar reabilitação funcional com atenção integral pelo SUS e adequação dos equipamentos públicos com materiais adaptados para a inclusão social.
- ⊗ Promover acessibilidade em transportes, calçadas, prédios públicos e espaços de cultura e lazer, com praças sensoriais para pessoas neurodivergentes.

- ⌚ Ampliar a oferta de tecnologias assistivas, comunicação e recursos de acessibilidade digital.
- ⌚ Estruturar rede estadual de atenção integral às pessoas neurodivergentes, garantindo diagnóstico, acompanhamento e apoio às necessidades das famílias.

EIXO 9

**SEGURANÇA PÚBLICA
E DIREITOS HUMANOS**

Para a maioria da população capixaba, a segurança não se mede em estatística. Ela se traduz em algo simples: poder sair de casa, trabalhar, se divertir e voltar em paz. As mortes e o medo se concentram justamente onde o Estado se ausentou, nos territórios sem serviço público e sem oportunidade para as pessoas. Enfrentar essa realidade pede mais do que repressão. Pede um Estado atuante, inteligente e comprometido com a vida e com as famílias capixabas.

O Espírito Santo, que já figurou entre os estados mais violentos do país, tem reduzido o número de homicídios: de 977 assassinatos em 2023, para 852, em 2024 e para 796, em 2025. Mas o número que cai não conta tudo. As facções seguem disputando à bala o controle de territórios e de pontos de venda de drogas em várias regiões do Espírito Santo, trazendo pânico à população.

O modelo de combate à violência atual aposta fortemente no confronto violento e na tecnologia, sem o direcionamento adequado e eficaz, e não ataca na mesma medida a base financeira que sustenta as organizações nem as causas que empurram o jovem vulnerável para o crime. Reduzir homicídios é necessário, mas não basta. É preciso preservar vidas sem trocar uma violência por outra e garantir que a queda dos índices chegue, com a mesma força, a todos os territórios e a todas as juventudes, sobretudo à juventude negra e periférica, que segue como principal vítima da violência letal.

Três princípios podem organizar essa virada e conectar o Espírito Santo ao projeto nacional de segurança: a valorização da vida, o antirracismo e a participação social. Medir o resultado da política pela morte que se evita, e não só pela prisão que se contabiliza. Enfrentar todos os dias o racismo que decide quem morre e quem é encarcerado: a população negra periférica. Inserir a população, os movimentos sociais e trabalhadores da segurança na formulação e no controle permanente da política de segurança e nos abusos por ela cometidos.

Garantir e proteger os direitos humanos, referenciados nos valores e princípios da universalidade, transversalidade, interdependência e intersetorialidade, tendo como centralidade a pessoa humana e a defesa da vida, da liberdade e da dignidade de todas as pessoas.

Esse é o sentido da segurança pública cidadã e da garantia dos direitos humanos que orienta o governo Lula e que nos orientará. No plano federal, a área foi reorganizada como política coordenada nacionalmente, em torno da preservação da vida, da integração entre as forças e do enfrentamento ao crime organizado pela sua base financeira. A PEC da Segurança Pública, enviada pelo governo federal e aprovada pela Câmara dos Deputados em março de 2026, constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública e firma um princípio direto: o crime hoje é interestadual e transnacional, e nenhum estado o enfrenta sozinho. Cabe à União coordenar e financiar; cabe aos estados executar, sem abrir mão de sua autonomia.

O Espírito Santo deve assumir esse modelo como prioridade na luta contra as violências. Nele, a “segurança pública cidadã” significa ocupar os territórios com direitos de cidadania antes de ocupá-los com viaturas; tratar o uso problemático de drogas como questão de saúde; mirar o poder econômico do tráfico, os caminhos do dinheiro sujo, as rotas das drogas e armas, as reais grandes lideranças do crime, que estão nas áreas nobres das cidades, não apenas os pequenos vendedores ilegais do varejo nas periferias.

Acima de tudo, é sustentar a redução da criminalidade já conquistada, atacando aquilo que o confronto, sozinho, não resolve, pois, nosso povo quer de fato menos roubo, menos tiroteio, menos violência doméstica e maior presença de um Estado que proteja, de acordo com a lei.

Nosso governo primará por política de segurança pública fazendo uso rigoroso da força quando a situação exigir, cumprindo protocolos e respeitando os direitos humanos.

A segurança pública que defendemos será guiada, ao mesmo tempo, pela proteção dos direitos humanos, pela valorização das forças de segurança e pela efetividade da Justiça. Não há contradição entre garantir dignidade humana e combater o crime com firmeza. O Estado deve prevenir a violência, proteger as vítimas, valorizar seus profissionais de segurança e assegurar que todo crime seja enfrentado com o rigor da lei, sem impunidade e sem brechas que favoreçam a reincidência.

Outro desafio dos nossos tempos é garantir e fortalecer a segurança viária no Espírito Santo, com fiscalização efetiva da legislação de trânsito e prevenção de acidentes, educação para o trânsito e proteção integral às vítimas de sinistros e seus familiares, garantindo resposta ágil, assistência adequada e responsabilização de condutores que violem a lei.

Desde já assumimos o compromisso de incorporar e implementar as tarefas e ações de competência do governo estadual contidas no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em fase de discussão e aprovação no Congresso Nacional, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social.

Nossos compromissos organizam esse eixo em frentes articuladas para o enfrentamento da violência e a garantia dos direitos da pessoa humana, somando forças com o esforço federal e preservando a autonomia da esfera estadual para sua implantação.

COMPROMISSOS

PREVENÇÃO SOCIAL, OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E POLÍTICAS TRANSVERSAIS

- ② Incorporar e implementar as tarefas de competência estadual previstas no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.
- ② Aperfeiçoar, integrar e implementar de forma eficaz a Política Estadual de Prevenção à Violência como política de Estado, revisando a legislação e atualizando-a, se necessário, com ampliação das fontes de financiamento de caráter permanente.
- ② Garantir, nos territórios de maior risco, oferta permanente de esporte, cultura, formação profissional e políticas de cuidado, com equipamentos abertos à noite e nos fins de semana.
- ② Articular segurança e educação no combate à evasão escolar, principal porta de entrada para a violência, com busca ativa e ampliação da escola em tempo integral.
- ② Fortalecer as políticas de segurança para mulheres, crianças e adolescentes, população negra, LGBTQIAP+ e minorias, com ações como:
 - a) Expandir e qualificar o atendimento das Delegacias de Defesa da Mulher em todas as regiões do estado.
 - b) Criar a Delegacia Especializada de Combate ao Racismo para atuar enfrentamento das violências cotidianas de cunho racista.
 - c) Criar a Delegacia Especializada para a proteção da população LGBTQIA+ para atender os crimes de homofobia e transfobia.
 - d) Criar o Comitê de Prevenção de Homicídios de Adolescentes como uma política de Estado, em compromisso com a defesa da vida do adolescente.
- ② Ampliar o videomonitoramento por câmeras nas unidades prisionais e socioeducativas com o acompanhamento permanente de agentes devidamente qualificados.

VALORIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

- ⊗ Fortalecer e aperfeiçoar a política de valorização das carreiras da Polícia Militar, Civil, Penal, Científica e do Corpo de Bombeiros.
- ⊗ Fortalecer o Programa de Saúde Mental para assistir os policiais do início ao fim da carreira, coordenado por profissionais sem vínculos com as corporações.
- ⊗ Fortalecer a Polícia Científica com modernização de laboratórios e redução do tempo das perícias.
- ⊗ Fortalecer a capacidade de investigação da Polícia Civil com mais delegados, investigadores, tecnologia e laboratórios, elevando as taxas de elucidação de homicídios e de crimes patrimoniais.
- ⊗ Fortalecer a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC) da Polícia Civil, dotando os policiais de capacitação permanente e tecnologia para combater e rastrear crimes digitais de várias naturezas.
- ⊗ Reformular a formação policial a partir de uma matriz estadual unificada, com forte conteúdo em direitos humanos, mediação de conflitos, uso proporcional da força e abordagem antirracista, voltada ao policiamento cidadão.
 - a) Criar a disciplina sobre Racismo Estrutural nas escolas de formação das polícias e adotar novos Protocolos Operacionais Padrão de abordagem, com o fim de garantir a atuação democrática e cidadã da polícia, reduzindo as consequências negativas da replicação do racismo estrutural na ação policial.
- ⊗ Investir de forma estruturante em inteligência policial, com integração de bancos de dados, análise criminal e tecnologia, direcionando a ação policial para as estruturas do crime e das principais lideranças, e não apenas para o varejo, nos territórios vulneráveis.

ESTRANGULAMENTO FINANCEIRO DAS FACÇÕES E ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO

- ⊗ Intensificar as ações da Força Tarefa Permanente de Enfrentamento às Organizações Criminosas, mirando a base financeira do crime organizado, não apenas o varejo.
- ⊗ Estruturar uma política estadual de controle de armas de fogo e munições em parceria com o Governo Federal e a Polícia Federal, com rastreamento de armas apreendidas, perícia balística integrada e enfrentamento ao desvio de munição.

- ⌚ Fortalecer núcleos de inteligência financeira em articulação com o COAF, a Receita Federal e o Ministério Público, atacando a lavagem de dinheiro e o patrimônio das organizações criminosas.
- ⌚ Estruturar uma política estadual de controle de armas de fogo e munições em parceria com o Governo Federal e a Polícia Federal, com rastreamento de armas apreendidas, perícia balística integrada e enfrentamento ao desvio de munição.
- ⌚ Reforçar a fiscalização das rotas de tráfico em rodovias, portos e divisas, principais vetores de entrada de drogas e armas, com inteligência integrada às forças federais.
- ⌚ Enfrentar facções e milícias desmontando seu domínio territorial e organização financeira, impedindo que ocupem o lugar do Estado nas comunidades mais vulneráveis.
- ⌚ Fortalecer a estratégia estadual de combate ao roubo e furto de celulares, com integração às operadoras, bloqueio ágil de aparelhos e ataque às cadeias de receptação, a exemplo do que o Governo Federal tem feito.
- ⌚ Enfrentar o roubo e o furto de veículos, motocicletas e bicicletas elétricas pela descapitalização dos desmanches e da receptação, com inteligência, fiscalização e repressão sobre o comércio de peças.

CONTROLE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E USO PROPORCIONAL DA FORÇA

- ⌚ Criar a Ouvidoria Externa de Segurança Pública e Defesa Social com autonomia e independência administrativa e financeira, como órgão de controle social da atividade policial e de monitoramento da defesa dos direitos humanos.
- ⌚ Criar a Ouvidoria Externa de Segurança Pública e Defesa Social com autonomia e independência administrativa e financeira, como órgão de controle social da atividade policial e de monitoramento da defesa dos direitos humanos.
- ⌚ Implantar câmeras corporais em todos os profissionais da Segurança (policiais penais e polícias, civis e militares) com gravação contínua e gestão transparente das imagens.
- ⌚ Integrar o Sistema Estadual de Direitos Humanos ao Sistema Nacional conforme definido pela Conferência Nacional de Direitos Humanos.
- ⌚ Adotar protocolo estadual de uso da força policial, alinhado ao Decreto nº 12.341/2024 com investigação rigorosa e independente de toda morte decorrente de intervenção policial, seja de civis ou de servidores públicos.

- ⊗ Fortalecer as corregedorias com autonomia, estrutura e poder real de apuração, enfrentando desvios, abusos e a infiltração do crime nas próprias instituições.
- ⊗ Firmar acordo com o MPE para aprofundamento e ampliação do controle externo das forças de segurança.
- ⊗ Adotar o policiamento de proximidade como diretriz, com bases comunitárias fixas e policiais que conhecem e são conhecidos no território.
- ⊗ Instituir patrulhas e conselhos comunitários de segurança, aproximando polícia e moradores na definição das prioridades locais para a segurança pública.
- ⊗ Realizar estudos visando integrar os três observatórios existentes (Direitos Humanos, Segurança Pública e Segurança Cidadã) em um só Observatório de Segurança Pública e Direitos Humanos.
- ⊗ Ampliar o videomonitoramento integrado e inteligente, articulado entre Estado, municípios e guardas municipais, com uso responsável e respeito à privacidade.

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO VOLTADOS À REINserÇÃO

- ⊗ Fortalecer a fiscalização regular do cumprimento da execução penal, separando presos provisórios de condenados e ampliando as penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo.
- ⊗ Garantir educação, trabalho, saúde e assistência jurídica nas unidades prisionais com política de atenção ao egresso articulada ao Emprega 347, reduzindo a reincidência, destacando orientação para organização do trabalho através da Economia Solidária.
- ⊗ Enfrentar o domínio das facções intramuros com inteligência, controle e melhoria das condições de custódia, e não com mais precariedade nos serviços.
- ⊗ Assegurar o caráter pedagógico das medidas socioeducativas com retorno à escola, formação profissional e reinserção comunitária.
- ⊗ Valorizar a carreira dos técnicos e agentes socioeducativos e dos demais trabalhadores do sistema, oferecendo melhores condições de trabalho, capacitação técnica e recursos suficientes para o desenvolvimento das suas atribuições.
- ⊗ Implantar um sistema de videomonitoramento eletrônico eficiente em todas as unidades prisionais do Estado.

SEGURANÇA COM PRESENÇA EM TODO O ESTADO

- ⊗ Equilibrar a cobertura territorial garantindo efetivo policial, viaturas e estrutura no interior e na Região Metropolitana.
- ⊗ Levar delegacias, perícia e atendimento especializado aos municípios desassistidos, inclusive por equipes itinerantes.
- ⊗ Ampliar o investimento nas Patrulhas Rurais para prevenção e resolução de crimes, tais como furtos, roubos, tráfico, homicídios e estupros.
- ⊗ Ampliar sistemas de videomonitoramento tecnológico, qualificando a ação sobre a violência contra territórios indígenas e quilombolas, acampamentos e assentamentos, pequenos produtores e contra suas lideranças.

GESTÃO POR RESULTADO E PACTO FEDERATIVO

- ⊗ Retomar os Gabinetes de Gestão Integrada criados no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, para integrar ações das agências de segurança nas esferas federal, estadual e municipal e as secretarias sociais, das gestões que sejam relacionadas à prevenção das violências.
- ⊗ Planejar a segurança com metas públicas e avaliação por resultados, tendo a preservação da vida como prioridade, e não a contagem de prisões ou de mortes.
- ⊗ Estruturar uma Coordenadoria de Análise e Planejamento da Segurança Pública que será o órgão responsável por acompanhar as estatísticas criminais e monitorar o plano de metas da Segurança Pública.
- ⊗ Fortalecer os conselhos comunitários e o controle social na formulação e na fiscalização da política de segurança.
- ⊗ Articular permanentemente as forças estaduais com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e Guardas Municipais, com divisão de responsabilidades e compartilhamento de inteligência, em sintonia com a constitucionalização do SUSP.
- ⊗ Articular programas de cooperação em segurança regional e transnacional para atuar em conjunto com as polícias e os ministérios públicos estaduais e federal, Interpol, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), dentre outras agências multilaterais e nacionais de outros países, com vistas a combater e desbaratar organizações criminosas e terroristas internacionais.

COMBATE AO FEMINICÍDIO

- ⊗ Implementar o Pacto Estadual pelo Enfrentamento às Violências contra a Mulher e Prevenção ao Femicídio, realizando ações integradas com o Governo Federal, em todo o Estado do Espírito Santo.

DIREITOS HUMANOS

- ⊗ Fortalecer o Sistema Estadual de Direitos Humanos integrando-o ao Sistema Nacional conforme definido pela Conferência Nacional de Direitos Humanos.
- ⊗ Fortalecer a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, estruturalmente, financeiramente e com protagonismo, para implantar políticas efetivas para a garantia de direitos humanos.
- ⊗ Atualizar o Programa Estadual de Direitos Humanos com participação da sociedade civil na sua elaboração.
- ⊗ Atualizar o Plano Estadual de Educação em Direitos e reestruturar Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, com participação da sociedade civil na sua elaboração.
- ⊗ Estruturar a Defensoria Pública Estadual com presença em todos os municípios para garantir acesso universal à Justiça a quem mais precisa.
- ⊗ Fortalecer o Sistema Estadual de Erradicação da Tortura, integrado ao Sistema Nacional, com a aplicação do marco legal que assegura a proteção e integridade humana.
- ⊗ Adotar o protocolo facultativo de Istambul para supostos crimes de tortura visando garantir a qualidade e efetividade do primeiro atendimento e a proteção da pessoa.
- ⊗ Implementar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na sua integralidade.
- ⊗ Fortalecer o Sistema Estadual de Proteção dos Direitos Humanos: Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM) e Programa de Proteção ao Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).
- ⊗ Recriar a Rede Espírito-santense de Direitos Humanos.
- ⊗ Fortalecer a Implementação das ações previstas no Plano Pena Justa com a adoção de medidas para coibir a prática de torturas, tratamentos cruéis e degradantes à população carcerária ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

EIXO 10
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, REFORMA
TRIBUTÁRIA, MICRO E
PEQUENA EMPRESAS

O esgotamento do projeto político e econômico que hegemonizou o Estado nas últimas décadas se explica tanto pelas suas concepções, quanto pela incapacidade dos seus detentores de perceberem o alcance e as mudanças em curso, ou seja, a reforma tributária que altera profundamente a lógica competitiva baseada em incentivos fiscais; a transição energética que modifica progressivamente o papel do petróleo; a digitalização que transforma empresas e profissões; a inteligência artificial que modifica produtividade, trabalho e conhecimento; as mudanças climáticas que aumentam riscos territoriais e as novas gerações que apresentam demandas sociais, culturais e profissionais distintas.

Esta constatação traz consigo não apenas a confirmação do fim de um ciclo, mas também oferece a oportunidade de serem reconfiguradas novas políticas públicas e as suas relações com os negócios privados, apontando para que o próximo ciclo do desenvolvimento capixaba seja construído em cima de um modelo, que possibilitará a um número muito maior de capixabas participarem de sua construção e de seus benefícios.

Diante disso, é necessária a revisão dos planos estaduais de desenvolvimento em curso, com a retomada do protagonismo público, que contará com a participação democrática de todos os setores econômicos, trabalhadores e empresários, academia e juventudes, e que possibilite a sua ampla apropriação social, priorizando práticas e resultados que amenizem os impactos das emergências climáticas, da contaminação dos seres vivos, da redução das populações de espécies, bem como das crises de alimentos saudáveis, da água, da energia e da educação, buscando desacelerar as atividades que potencializem essas crises.

A revisão dos planos de desenvolvimento deverá apontar os caminhos que permitam um processo de transição justo e seguro entre o modelo atual e o novo modelo sustentável. Portanto, ainda haverá no nosso governo a continuidade de vários instrumentos que organizaram a economia capixaba nos últimos 30 anos. Entretanto, seremos ágeis na construção dos novos meios que levarão, num período de cerca de duas décadas, o Espírito Santo e seu povo para um novo patamar de desenvolvimento, compatível com os desafios do século 21. Para isso, utilizaremos, além do Orçamento Geral do Estado, parte significativa dos recursos do Fundo Soberano, dos royalties do petróleo, de programas do Governo Federal e de recursos internacionais.

Neste período de transição entre os dois modelos de desenvolvimento, ou seja, aqui e agora, a revisão dos planos também priorizará programas, projetos e ações que visem a distribuição de forma socialmente justa dos ganhos e benefícios gerados; que possibilitem uma equilibrada distribuição regional dos investimentos públicos e privados; garantam a preservação, manutenção e recuperação dos recursos naturais; inventem, socializem e incorporem novas tecnologias, práticas e conhecimentos

em produtos materiais e imateriais; fortaleçam as economias de base local e tradicionais, mantendo o equilíbrio e intensificando a interação entre as produções de pequeno, médio e grande porte.

E onde os geradores de emprego, renda e dinamização das economias locais também serão prioridade deste novo governo, promovendo ações voltadas para a ciência, tecnologia e inovação, além de incentivar as potencialidades de cada município com distribuição mais equilibrada dos investimentos.

O novo ciclo capixaba deve aliar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano e social, a fim de que o futuro do Espírito Santo seja de prosperidade para todos os capixabas e nenhuma família fique para trás.

Apresentamos a seguir os nossos compromissos com o desenvolvimento econômico que prioriza o apoio aos pequenos negócios tradicionais, mas também aqueles potencialmente intensivos em conhecimento e inovação, que propicie melhor distribuição de renda à toda sociedade, reduza as desigualdades sociais e regionais e seja alavanca para a construção de uma sociedade livre, igualitária, justa e democrática.

COMPROMISSOS

ESTRATÉGIA AMPLA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ⊗ Criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável garantindo a ampla participação da sociedade capixaba (segmento empresarial, trabalhadores, organizações sociais e territoriais), para a formulação e construção do desenvolvimento capixaba a partir do conhecimento científico e dos saberes tradicionais, com o caráter de assessoramento permanente, reunindo-se periodicamente.
- ⊗ Instituir o Comitê de Avaliação Estratégica dos Planos Estaduais de Desenvolvimento (Plano ES 500 Anos e Projeto DRS) e dos programas de incentivos com participação de municípios, setores econômicos, trabalhadores e o Comitê Gestor Estadual da Reforma Tributária (a ser implantado).
- ⊗ Promover o desenvolvimento Regional equilibrado e equitativo, para garantir a interiorização do desenvolvimento que assegure a distribuição dos benefícios gerados por todo o território capixaba, fortalecendo o dinamismo econômico do interior e reduzindo as disparidades históricas de renda e acesso a serviços públicos.

ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO À REFORMA TRIBUTÁRIA

- ⌚ Instituir o Comitê Gestor Estadual da Reforma Tributária, que deverá elaborar a estratégia estadual para enfrentamento dos impactos da reforma tributária, garantindo segurança jurídica ao setor produtivo e coordenando a transição para o novo sistema tributário nacional.
- ⌚ Gerir com transparência e controle social os fundos estaduais de combate à pobreza e desenvolvimento regional criados no âmbito da reforma tributária.
- ⌚ Implementar e ampliar o mecanismo de cashback do IBS para consumidores de baixa renda inscritos no CadÚnico, mitigando os impactos da reforma tributária sobre o consumo essencial.
- ⌚ Capacitação e letramento digital fiscal através de uma plataforma estadual de qualificação da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo (SEFAZ/ES) e com os principais conselhos de fiscalização profissional do estado (OAB, CRM, CREA, CRC, CRECI, entre outros).

ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

- ⌚ Rever a Política Estadual de Economia Popular e Solidária visando sua atualização e integração ao Sistema Nacional de Economia Solidária.
- ⌚ Fortalecer bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e microcrédito produtivo orientado, garantindo acesso a trabalhadores informais e empreendedores.
- ⌚ Criar o Programa Capixaba de Incubadoras de Economia Solidária com instalação de incubadoras e aceleradoras de negócios de impacto social em cada uma das microrregiões capixabas.
- ⌚ Criar o Programa Capixaba de Turismo de Base Comunitária com apoio a qualificação e fortalecimento dos pequenos negócios voltados para o turismo local de base sustentável e comunitária.
- ⌚ Criar o Plano Estadual de Comunicação e Incentivo à Economia Solidária, a fim de disseminar a prática da economia solidária com campanhas educativas, campanhas de premiação e de visitas técnicas a outros estados e exterior, buscando novas e avançadas experiências em economia solidária
- ⌚ Constituir comitês de apoio para incentivar e facilitar a instalação de empreendimentos solidários, prestando assistência técnica,

estimulando feiras estaduais de economia solidária e utilizando as compras governamentais como indutora e integrada à política pública de incentivo.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

- ⌚ Expandir os programas de qualificação profissional através da constituição de consórcios estratégicos (Senai, Senac, Ifes e Ufes), garantindo bolsa-qualificação para desempregado(a)s, com foco na transição digital, mitigação dos impactos da inteligência artificial e atendimento às demandas socioeconômicas regionais.
- ⌚ Ampliar e fortalecer os programas voltados à inserção de jovens no mercado de trabalho (Primeiro Emprego), criando formas de incentivo e de qualificação de jovens para que acessem o mercado de trabalho e de forma digna e com direitos respeitados.
- ⌚ Criar centros periféricos de produção digital para impulsionar o empreendedorismo coletivo juvenil e a geração de valor local, conforme as metas de competitividade e novos mercados da estratégia digital. O foco reside em estruturar o cooperativismo de plataforma para conter a precarização laboral no ambiente virtual.

SISTEMA CAPIXABA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- ⌚ Aprimorar o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação integrado e orientado para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo para transformar a economia capixaba por meio do conhecimento, descentralizar oportunidades e responder aos desafios climáticos e socioambientais do século XXI
- ⌚ Aprimorar e ampliar programas estruturados de CT&I para a transição energética, economia azul e bioeconomia visando apoiar pesquisas, startups e projetos tecnológicos de alto impacto sustentável.
- ⌚ Implantar a Política Estadual de Empreendedorismo Inovador, promovendo o uso de Ambientes Regulatórios Experimentais (sandboxes regulatórios), instrumentos de investimento e contratações públicas para soluções inovadoras buscando a ampliação da competitividade do ecossistema local.
- ⌚ Implementar os Centros Regionais de Competência em IA para juventude e periferias com o objetivo de disseminar oportunidades de geração de renda para a população jovem e vulnerável utilizando e desenvolvendo ferramentas de IA e pequenos negócios focados em IA.

- ⌚ Fortalecer a Rede de Polos Regionais de Inovação, intensificando a integração dos arranjos produtivos locais (APLs) à nova economia e fortalecendo matrizes econômicas estratégicas, com destaque para a cafeicultura, rochas ornamentais, turismo e logística.

ECONOMIA VERDE, BIOECONOMIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

- ⌚ Impulsionar a descarbonização das cadeias produtivas e a transição energética justa, consolidando a economia verde como vetor de neoindustrialização, inovação tecnológica e ampliação da competitividade da economia estadual.
- ⌚ Fortalecer a estratégia e a política estadual de NISA, negócios de impacto socioambiental, com estratégias para financiamento de pequenos negócios que tragam benefícios econômicos (geração de renda) com preservação ambiental, fortalecendo a metodologia de soluções baseadas na natureza.
- ⌚ Instituir a Política Estadual da Economia Azul do Espírito Santo (PEEA-ES), instrumento de planejamento estratégico e governança integrada do ordenamento territorial em âmbito estadual, voltado ao desenvolvimento sustentável, à inovação, à justiça social e à segurança climática das águas interiores, da zona costeira e do espaço marítimo, articulada com a Política Marítima Nacional de forma sistêmica, coordenada e associada com a União.
- ⌚ Criar o Programa Capixaba de Bioeconomia focado na valorização econômica de resíduos e produtos de base biológica para a economia. Dessa forma, os resíduos deixam de ser vistos como lixo e passam a ser vistos como insumos para bioprodutos de valor agregado.
- ⌚ Fortalecimento das associações de catadores e implementação de usinas de reaproveitamento e valorização de resíduos, com estratégia regional para geração de renda da economia circular.

EMPREENDEDORISMO E DESBUROCRATIZAÇÃO

- ⌚ Fortalecer e ampliar as Salas do Empreendedor para contribuir na abertura e gestão de novos pequenos negócios, em parceria com os municípios. Desburocratizar e simplificar o processo de abertura, formalização e funcionamento de micro e pequenas empresas, criando salas do empreendedor em todas as regiões do Estado.

PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGROTURISMO

- ⌚ Estimular a modernização e a expansão da pequena agroindústria por meio da transformação digital, integrando o produtor rural ao e-commerce e canais de comercialização direta para agregar valor à produção e ampliar a geração de emprego e renda no campo.
- ⌚ Implementar a Rede Capixaba de Agroturismo, instituindo rotas consolidadas, conexão entre municípios e cooperação para fortalecimento regional do agroturismo.

FORTALECIMENTO E RETOMADA DO PROTAGONISMO DA ADERES

- ⌚ Redinamizar e fortalecer institucionalmente o papel, capilaridade e força da ADERES, agindo no fomento ao cooperativismo de plataforma e logística solidária.
- ⌚ Apoiar ações de produção e comercialização por meio de agentes de desenvolvimento local.
- ⌚ Formação de empreendedores que aproveitem as oportunidades econômicas em torno dos equipamentos turísticos e dos equipamentos culturais espalhados no Espírito Santo.
- ⌚ Criar o programa de Geração de Valor e Novos Horizontes para o Artesanato capixaba com formação aos coletivos e associações regionais de artesanato, com foco em gestão da produção, valorização econômica, estabelecimento e valorização de marcas, registro de propriedade intelectual, uso de novas tecnologias, conquistas de novos mercados visando aumento da geração de renda para as pessoas produtoras de artesanato no Espírito Santo. Consolidar estratégias regionais de consolidação do artesanato com agregação de valor aos produtos e às peças.
- ⌚ Criação do Circuito e Selo "Sou Capixaba" de Artesanato, integrando a produção artesanal diretamente ao território do artesão, ao turismo e à tecnologia, diferenciando o artesanato genuíno das réplicas industriais.
- ⌚ Articular a rede de educação profissional no ES para a oferta de cursos gratuitos de design, precificação, presença digital e embalagem para os artesãos.
- ⌚ Incentivar projetos de transmissão do conhecimento tradicional para as gerações mais jovens, garantindo que técnicas ancestrais não desapareçam, em especial, os conhecimentos tradicionais das comunidades de pesca e ribeirinhas, na construção naval artesanal.

- ② Mapeamento de ateliês e georreferenciamento das associações de artesãos ao longo das principais rotas turísticas do estado (Rota da Costa e da Imigração, Rota Quilombola, Rota dos Vales e do Café).
- ② Inclusão de conteúdos sobre artesanato local nos cursos de formação de técnicos em turismo e de paradas obrigatórias em oficinas de artesãos (como as Paneleiras de Goiabeiras ou artesãos de Alfredo Chaves, Domingos Martins e territórios Quilombolas) nos pacotes turísticos locais.

EIXO 11
PETRÓLEO,
LOGÍSTICA E PORTOS

Poucos estados reúnem tantos ativos econômicos quanto o Espírito Santo. Daqui sai parte expressiva do petróleo e do gás produzidos no país, e por seus portos escoam a riqueza de boa parte do Sudeste e do Centro-Oeste. Essa posição estratégica deveria sustentar um desenvolvimento robusto e distribuído por todo o território. No entanto, a má gestão desse potencial transformou a vantagem em vulnerabilidade. O desafio do próximo governo será fazer com que o petróleo, a logística e os portos voltem a gerar emprego, renda e oportunidades para o povo capixaba.

O quadro atual é de retração. Entre 2015 e 2021, o Espírito Santo perdeu quase metade de sua capacidade industrial, o pior desempenho do país no período. A causa principal não foi a pandemia, mas a redução dos investimentos da Petrobras e a onda de desinvestimentos que se seguiu, com a privatização de campos produtores de gás. O resultado aparece na infraestrutura ociosa: as duas plantas de processamento de gás do Estado, em Anchieta e Linhares, operam abaixo da capacidade ou caminham para a hibernação, enquanto a fábrica de fertilizantes UFN-4, em Linhares, segue paralisada desde 2016.

A dependência de um recurso finito agrava a fragilidade. Os royalties do petróleo, que somaram 2,17 bilhões de reais em 2021, caíram para 1,34 bilhão em 2025, e em 2026 acumulavam apenas 444 milhões até abril.

Ainda assim, o Espírito Santo guarda uma base diversa que aponta caminhos. Sua pauta exportadora vai além do minério de ferro, que lidera com 27,8%, e do café verde, que responde por 15%. O Estado concentra 78% das exportações brasileiras de rochas ornamentais e lidera o país em pimenta-do-reino, gengibre e mamão.

A retomada dos investimentos em petróleo e gás, as descobertas em águas profundas como o poço Monai e as oportunidades da transição energética podem inaugurar um novo ciclo de industrialização, desde que orientados por um projeto público de desenvolvimento.

O próximo governo precisará tratar petróleo, energia, portos e logística como eixos estratégicos articulados. Cabe defender com firmeza os royalties devidos ao Estado e destinar parte deles à educação, ciência, tecnologia e inovação, preparando a economia para o futuro pós-petróleo.

É preciso recuperar a coordenação pública sobre a infraestrutura portuária, investir nos acessos e nas rodovias estruturantes e formular uma política integrada de portos, ferrovias, rodovias e aeroportos, articulada com o Governo Federal e com os estados vizinhos.

Os compromissos deste eixo buscam transformar a vocação econômica capixaba em desenvolvimento real e distribuído. Um desenvolvimento que gere emprego e renda, diversifique a economia, prepare o Espírito Santo para a transição energética e para o fim dos incentivos fiscais, até o ano de 2033 e que pense o Estado para as próximas décadas.

Nosso projeto é capaz de converter riqueza em qualidade de vida e sustentabilidade para todas as regiões do Estado.

COMPROMISSOS

- ② Instituir o Comitê Gestor de Desenvolvimento Portuário e Logístico, estabelecendo estrutura permanente de governança para o setor logístico-portuário.
- ② Formular uma política estadual integrada para portos, aeroportos, ferrovias e rodovias conectada à política industrial e de comércio exterior do Estado.
- ② Debater junto à sociedade sobre a intensificação do uso do Fundo Soberano Estadual como instrumento financeiro de suporte para planejar a transição energética e a diversificação produtiva de médio e longo prazo.
- ② Melhorar e modernizar os acessos viários aos terminais portuários da Grande Vitória e de Aracruz.
- ② Buscar junto ao Governo Federal a construção da ROTA 4, para assegurar o escoamento e a disponibilização de gás natural ao Estado.
- ② Articular junto à União a instalação da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-4) no município de Linhares.
- ② Defender junto ao Governo Federal a discussão sobre as privatizações em curso (Polo Norte Capixaba e Polo Espírito Santo Águas Profundas), a fim de retomar os investimentos estatais paralisados.
- ② Cobrar e acompanhar a duplicação e modernização da BR-262 e o cumprimento do cronograma de duplicação da BR-101.
- ② Construir mecanismos permanentes de governança regional entre Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás para otimizar os corredores logísticos e ferroviários até os portos capixabas.
- ② Liderar o debate nacional pela repactuação dos royalties do petróleo e o aperfeiçoamento dos mecanismos de compensação federativa.
- ② Instituir uma estrutura de governança centralizada e tripartite (Estado, Municípios e Iniciativa Privada) para gerenciar a Zona de Atividades Logísticas e Industriais do Espírito Santo, a ser constituída no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento, com o objetivo de articulação e integração dos portos públicos (Vports), terminais privados (TUPs), empresas de exploração retroportuárias, concessionárias de

transportes rodoviários e ferroviários, prefeituras da RMGV e órgãos anuentes do comércio exterior e, em especial, a instituição do Plano Diretor Integrado para delimitar, reservar e proteger as áreas de expansão industrial e logística de retroporto.

Compromisso de Gestão e Responsabilidade Fiscal

Este Programa assume publicamente que toda proposta com impacto orçamentário recorrente terá curva de implementação escalonada ao longo dos quatro anos de mandato — nenhum compromisso estrutural será lançado de uma só vez no primeiro ano, de modo a preservar a capacidade fiscal do governo para responder a emergências e a outras prioridades.

O governo manterá e fortalecerá o Portal da Transparência, com atualização em tempo real, e submeterá a execução deste Programa ao acompanhamento periódico dos conselhos de políticas públicas e da sociedade civil, por meio do “Conta Aberta” — Programa Estadual de Participação Cidadã.

Este Relatório Final do Programa de Governo, construído coletivamente entre novembro de 2025 e julho de 2026 em plenárias regionais, reuniões temáticas e escutas populares em todo o território capixaba, representa os compromissos de todas as candidaturas da Frente Brasil da Esperança (PT-PCdoB-PV) com a sociedade capixaba.



O FUTURO DO ESPÍRITO SANTO É A GENTE QUE FAZ

PLANO DE GOVERNO 2027 - 2030